



Análise de uma comunidade comunitária

*Vilarinho da Furna vs Comunidade
Portuguesa*

Pedro Miguel da Costa Oliveira

Trofa

Janeiro 2013



Análise de uma comunidade comunitária

*Vilarinho da Furna vs Comunidade
Portuguesa*

Trabalho Realizado no âmbito da unidade curricular Estudos Interculturais,
leccionada pela Doutora Carla Sarmento.

Pedro Miguel da Costa Oliveira

Trofa

Janeiro 2013



Índice

Introdução.....	4
Enquadramento histórico da Aldeia comunitária de Vilarinho da Furna.....	5
Cultura.....	7
Cultura Popular.....	8
Definições sociais de Cultura.....	8
Estruturas de Pensamento.....	8
Práticas significantes.....	10
Cultura e Poder.....	10
Representações Interculturais.....	12
Identities Pessoais, Identidades Colectivas.....	12
Identities e Modernidade: Diáspora, Migrações e Globalização.....	13
Conclusão.....	16
Bibliografia.....	17



Introdução

Este trabalho propõe-se aplicar os conhecimentos teóricos leccionados na Unidade Curricular de Estudos Interculturais a uma situação concreta no panorama português, que penso conseguir reunir condições para aplicar uma boa parte dos conceitos apresentados em aula.

A metodologia utilizada na investigação para este trabalho consistiu na procura e recolha da informação disponível na internet, em vários livros, numa visita ao Centro Etnográfico de Vilarinho da Furna, do visionamento de um excerto de um documentário sobre o último ano da aldeia e da recolha de imagens que pudessem elucidar melhor o leitor da força do que aconteceu em Vilarinho da Furna. Depois de analisar todos os recursos encontrados procedeu-se então à elaboração de um texto de autoria própria, embora fundamentado em tudo o que foi recolhido.

O objectivo deste trabalho é dar a conhecer ao leitor comum possíveis significados para cultura, alguns conceitos relacionados com a temática da Unidade Curricular supra-referida e a aldeia de Vilarinho da Furna, de modo a salientar a importância de nos conhecermos a nós mesmos e os outros de modo a que haja compreensão intercultural e cambio intercultural como meio de enriquecimento cultural e pessoal. Dado que o leitor estará em condições de avaliar um dos lados analisados (Portugal), e que o objectivo deste trabalho passa também por dar a conhecer a história de um caso tão singular da rica história de Portugal, foi dado um maior enfoque à informação relativa a Vilarinho da Furna.

Para tal, o trabalho está dividido em diversas partes. Em primeiro lugar é feito um breve enquadramento histórico da aldeia. Depois disto começa então uma breve introdução aos pontos do programa da Unidade Curricular, aplicando-os à referida aldeia comparativamente com o país. Começa-se pelas diversas definições de cultura, depois passa-se ao que é comum para que haja partilha de culturas e de comunidades, e depois disto é dada atenção ao factor de enquadramento sociocultural como elemento de formação de identidade, passando depois à parte da interculturalidade.



Enquadramento histórico da Aldeia comunitária de Vilarinho da Furna

A origem da aldeia de Vilarinho da Furna permanece uma incógnita, mas, segundo a tradição oral remonta ao ano 75 d.C. aquando da construção da estrada de Geira, um caminho romano que ligava Braga a Astorga, caminho esse que por sua vez ligava a Roma. Segundo a lenda, alguns dos trabalhadores fixaram-se na aldeia de Portela do Campo, tendo mais tarde 4 deles se fixado na margem direita do Rio Homem e assim fundando a aldeia de Vilarinho da Furna.

Fruto da sua localização, entre as serras da Amarela e do Gerês, ao longo dos séculos, esta e outras aldeias foram permanecendo remotas e longe de qualquer tipo de vias de comunicação, o que fez com que definissem a sua organização social de uma forma muito característica. A sua situação de auto-suficiência fez com que a aldeia se organizasse de uma forma comunitária, ou seja, com um modo de vida distinto e de forma paralela às leis nacionais, Vilarinho da Furna mantinha as suas próprias regras internas (regulamentos escritos e orais que as pessoas tinham na memória). Estas faziam-se valer por uma espécie de “assembleia do povo” que era consistida por uma Junta onde figurava um elemento de cada família, “Os Seis”, constituída por chefes de família (apenas poderia ser uma mulher quando esta era viúva ou então se o marido tivesse emigrado), e por fim, o juiz ou zelador (papel que apenas podia ser desempenhado por um homem casado e escolhido por ordem cronológica do casamento). Este presidia ao conselho (formado pelos “seis” e por ele mesmo) tendo os poderes legislativos e executivos. Esta junta era eleita de seis em seis meses (os “seis” eleitos e o zelador substituído). Esta junta reunia-se todas as quintas-feiras, convocada pelo zelador ao nascer do sol por uma trombeta ou um corno de boi. Nestas reuniões ficavam definidas as tarefas (quem seria o responsável pelo pastoreio, quem iria reparar as estruturas e caminhos, por exemplo) as multas a pagar e, sendo caso disso, tomar decisões extraordinárias. As decisões eram tomadas por maioria, tendo o zelador voto de qualidade. Todas estas decisões eram tomadas de modo a que não faltasse o essencial à comunidade, pois, sendo “tudo de todos” as pessoas estavam habituadas a participar colectivamente em todas as actividades.

À parte de todas estas normas muito próprias, muitas outras características davam a esta aldeia uma aura de unicidade, o que de resto atraiu a curiosidade de



diversos etnólogos, de onde se podem destacar, entre outros, Jorge Dias e António Campos, e também o nosso bem conhecido poeta Miguel Torga.

Dessas particularidades pode-se destacar o facto da iluminação pública ser feita através de candeias e candeeiros a petróleo ou, em tempos de crise, com gordura animal ou azeite, o facto de as casas, pelo menos nos últimos tempos todas em granito, serem, a maioria delas, compostas por dois pisos – o piso térreo para acolher o gado e todo o material agrícola e o primeiro piso para habitação, ou mesmo a procissão da figura de Cristo que percorria a aldeia todas as Páscoas.

Não obstante todas estas peculiaridades e autenticidades, o governo Português, através da Companhia Hidroeléctrica do Cávado, e com a justificação de que isso representava mais um esforço para o ambicioso projecto de aproveitamento energético do “Governo da Nação”, resolveu edificar uma barragem no Rio Homem, barragem essa que viria a submergir a aldeia de Vilarinho da Furna em 1972, despojando os seus habitantes das suas vidas, da sua aldeia, de si mesmos e dos outros, pois os elementos dispersaram-se pelas aldeias vizinhas – qual diáspora, visto que foram privadas do seu próprio “país” para se perderem “noutro” – perdendo-se assim a vida comunitária e tradições seculares, próprias dos lugares que agora se encontram submersos e apenas possíveis de admirar em anos de extrema seca ou de manutenção da barragem.

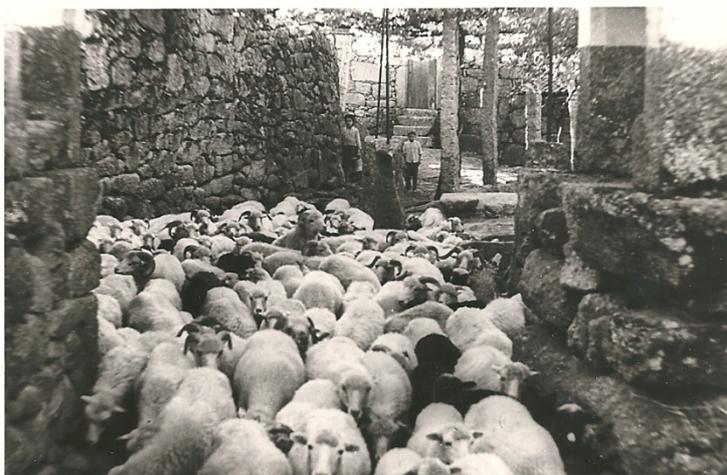


Figura 1 - Vilarinho da Furna – uma comunidade umbilicalmente ligada à pecuária e pastorícia

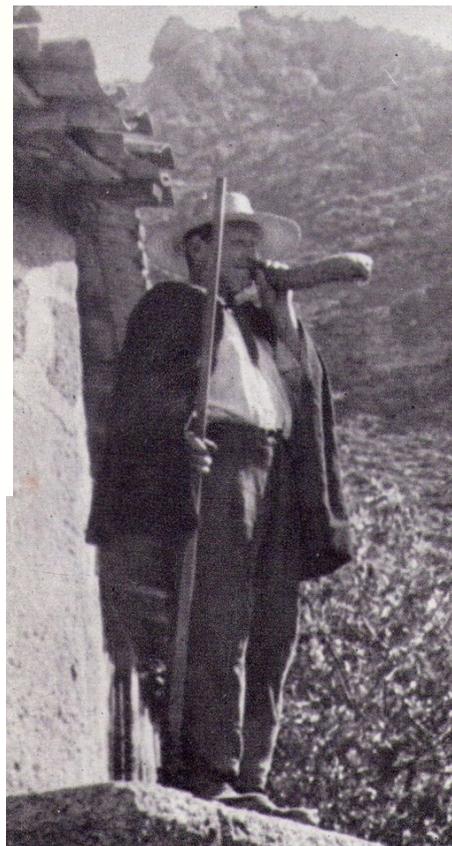


Figura 2 – O zelador a fazer o chamamento para a Junta

(Fonte:

http://vento_norte.blogs.sapo.pt/2007/04/, consultada a 2013-01-24)

Cultura

Cultura Popular

Para que se possa analisar devidamente a questão das diferentes noções de cultura popular a ambas as comunidades, a furnense e a portuguesa, convém primeiramente esclarecer que na actualidade, a aplicação da noção de “cultura popular” à realidade portuguesa contemporânea terá sempre de ter em conta 2 significados possíveis:

- Cultura popular enquanto folclore, sem conotações político-ideológicas, uma cultura regional, tradicional, cujas manifestações são produzidas pela comunidade e para a comunidade, sem fins lucrativos primordiais; ligada à economia de subsistência do mundo rural e piscatório e ao sector primário da economia;
- Cultura popular enquanto cultura de massas, uma cultura globalizada, cujas manifestações são produzidas por empresas/indústrias com recurso às mais diversas tecnologias, com a finalidade de obtenção de lucro, independente da participação da comunidade, indivíduo consumidor a que se destina, ligada ao consumo supérfluo, ao lazer e aos sectores secundário e terciário da economia;

Tendo estas duas definições pode-se facilmente compreender que a sociedade de Vilarinho da Furna, pelo regime de comunitarismo, pelo isolamento face ao “exterior” e pelo seu vincado sentido de identidade que os fazia regerem-se pelas “suas” regras, tem uma cultura popular fortíssima, já que a comunidade punha em prática rituais centenários para sua própria existência, rituais que estavam ligados à pecuária, como o tocar do corno por parte do pastor para que os donos dos animais abrissem as portas dos currais e para que os animais pudessem subir ao monte, ou mesmo as batidas aos lobos, entre muitos, muitos outros. No campo da cultura popular de massas, podemos dizer que nada da definição supracitada se aplica a Vilarinho, já que publicidade lá não existia (um pouco à imagem do país, exceptuando obviamente a propaganda do Estado Novo) e essas manifestações não se verificavam por exemplo ao nível do vestuário (através do tipo de cores ou tendência estabelecidas de certa forma pelos *media*) pois “*O habitante de Vilarinho da Furna, apesar do desenvolvimento e expansão da indústria nacional de tecidos de algodão, que por todo o país espalhava*



os seus produtos, mantinha-se agarrado às indústrias caseiras, tradicionais, e só aceitou de maneira muito limitada os tecidos estrangeiros.”¹.

Nas demais comunidades do Portugal de então (exceptuando evidentemente outras aldeias comunitárias como Rio de Onor, Laboreiro, etc.) a cultura popular enquanto folclore está evidentemente presente, como o podem atestar as danças e cantares regionais, como os Pauliteiros de Miranda, os barcos moliceiros da Ria de Aveiro, ou os barcos rabelos do Alto Douro Vinhateiro, mas o que mais diferencia estas de Vilarinho, além de obviamente estarem abrangidas pela cultura popular enquanto cultura de massas, seja pela rádio, pelos jornais ou mesmo por aquilo que os Estado os levava a assumir como necessário ou correcto, é o facto de nunca a cultura popular as afectar ou moldar a sua identidade tal como “afectava” ou moldava a de Vilarinho, demarcando-a do resto de Portugal e demarcando, de certa forma, os furnenses dos portugueses.

Definições sociais de Cultura

Tomando em conta a teoria da cultura de Raymond Williams em *The Long Revolution* (1961), aproximando as categorias gerais de cultura no século XX (Cultura enquanto “civilização”, enquanto objecto de estudo da Antropologia, Cultura enquanto arte e práticas eruditas e Cultura como um estilo de vida em concreto), podemos de facto dizer que a cultura está em tudo o que fazemos, vemos e usamos, e não apenas na arte e no estudo/ensino, fazendo desta uma coisa comum. De facto, hoje podemos identificar o tipo de cultura em que um determinado individuo se insere apenas pelos seus comportamentos quotidianos (através do uso, ou não, de aliança, o tipo de traje que usa e os códigos comportamentais pelos quais se rege). Raymond Williams defende também que o significado que damos aos objectos físicos e abstractos resulta do modo em que são utilizados pelos actores sociais de um grupo ou sociedade. Isto é, e falando do caso de Vilarinho, a importância dada aos “seus” terrenos, o modo como a Junta aplicava e fazia respeitar as leis da aldeia, a maneira como as pessoas aceitavam que, quando um animal de um determinado vizinho morresse a carne deste seria repartida por todos de modo a que cada um pagasse a sua parte² ou mesmo à importância que davam ao bem comum, como demonstrava o trabalho de manutenção das infra-estruturas da aldeia feito por todos os homens. Estes

objectos certamente não fariam sentido ou teriam o mesmo significado, ali mesmo ao lado, em Terras de Bouro.

Naturalmente, esta diferença de significados em co-presença gerava conflitos. O facto de as autoridades do estado interferirem na autonomia e harmonia da aldeia (ou manifestarem a intenção de) é um claro caso disso.

Definições sociais de Cultura: Estruturas de pensamento

No que às estruturas de pensamento diz respeito, estruturas essas que consistem nos valores e atitudes que um grupo ou uma sociedade partilham, o que permite que a comunicação aconteça, através de códigos e de formas de ver o mundo comuns, podemos fazer uma ligação ao tópico anterior. O facto de as estruturas de pensamento de Vilarinho serem perfeitamente comuns a todos os seus habitantes, fez com que esta fosse desde sempre uma comunidade una, em que os esforços pelo colectivo eram isso mesmo. Apenas uma comunhão de estruturas de pensamento poderia possibilitar o acatar as decisões da Junta sem contestação, mostrando respeito e convicção de que as decisões da Junta eram de facto acertadas. Naturalmente que, tendo estruturas de pensamento tão vincadas e diferente das dos portugueses em vários aspectos da vida prática (na agricultura, no sentido de propriedade, e mesmo da palavra “nosso”) e, num caso mais dramático para Vilarinho, do Estado, no aspecto da noção de pátria e na noção de leis e costumes, esta não-comunhão de estruturas de pensamento, aliada à relação de poder entre o Estado e a aldeia, vai levar a uma negociação unilateral do futuro desta e dos seus habitantes.



Figura 3 – Crianças em Vilarinho da Furna (Fonte: Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna, fotografia tirada a 2013-01-20)



Práticas significantes

Como é de esperar, e como de certa forma já foi referido, as práticas significantes ou significados comuns - que dizem respeito à partilha de sentimentos, conceitos e ideias, maneiras de olhar o mundo (e de serem olhadas por este), ou mesmo a partilha de roupas e objectos que as pessoas têm entre si, dentro de uma comunidade – são, portanto, muito fortes em Vilarinho, o que fazia com que a sua identidade fosse assim tão vincada. Naturalmente, e tendo em mente que as práticas significantes dizem respeito à maneira aproximada e não idêntica, havia atrito dentro da comunidade, daí uma das funções da Junta ser justamente o poder legal, tal como se pode constatar na análise que Jorge Dias fez:

(falando acerca das reuniões da Junta) *“Como havia opiniões diferentes e, às vezes, também interesses opostos, a discussão podia tomar grandes proporções. Mas por fim tudo de resolvia a bem, porque uma vez que os Seis decidissem, ninguém mais se atrevia a pôr em dúvida o valor da sua opinião.”*³

Neste excerto podemos aplicar claramente a definição de práticas significantes: embora pudesse haver discordâncias, o facto de haver uma forma de pensamento um pouco aproximada relativamente ao tema e a partilha da ideia de que, sendo uma comunidade comunitária e verdadeiramente democrática, a escolha dos Seis tinha de ser aceite, pois eles existiam para fazer valer a vontade comum, fazia com que todos vivessem em harmonia. Ora, só havendo uma comunhão de ideais relativamente à definição de comunidade, era possível esta tomar, e mais importante, aceitar as decisões. Por outro lado, e para termos uma analogia perfeita, no “exterior” de Vilarinho, o tomar de decisões não reunia unanimidade e o aceitar de decisões eram apenas feito sobre supressão da polícia política do Estado Novo.

A título de curiosidade, pode-se referir uma diferenciação do vestuário face ao restante Minho, o que deixa implícita uma ideia de comunhão relativamente à forma de vestir. *“O vestuário de Vilarinho da Furna não tinha os tons garridos nem a exuberância colorida das roupagens minhotas.”*⁴

Cultura e Poder

Mesmo considerando o espírito comunitário vivido em Vilarinho da Furna, não podemos ignorar que este espírito criou e manteve estruturas e relações de poder. Os conceitos rígidos sobre os papéis dos homens e das mulheres mantêm-se aqui tal



como no resto do País. As mulheres apenas podiam eleger e participar na Junta mas não podiam ser Zeladoras nem pertencer aos Seis para legislar⁵, a não ser que, e apenas no segundo caso, seja viúva ou aja em representação do marido que possa estar emigrado⁶, e como trabalhos tinham o que comumente se atribui como tarefa feminina, como preparar o pão, lavar, fiar, tecer, fazer o fumeiro, mas também trabalhar nos campos e na horta. Aos homens competia-lhes ser pastores, carpinteiros e exercer todo o tipo de trabalho inerente à construção ou manutenção de infra-estruturas. Está também, de certa forma, implícito um certo poder da comunidade furnense, pelo facto de o desenvolvimento tecnológico, ciência e abertura à cultura enquanto práticas eruditas, não suscitarem curiosidade por parte dos furnenses.

Por outro lado, Vilarinho, pelo facto de viver segundo as suas próprias leis (paralelamente às leis nacionais) e por ir contra a ideologia subjacente à propaganda do Governo do Regime, foi sendo alvo de atitudes e comportamento discriminatórios e de exercício brutal de poder, por parte dos Serviços Florestais do Estado, ainda no século XIX, sendo despojados do espaço montanhês de que precisavam para criar e alimentar os seus rebanhos, que lhes garantiam alimentação e possibilidade de alimentar a economia local através da lã e das crias, e depois o Estado Novo “(...) transformou-lhes as várzeas de cultivo em albufeiras – ponto final das suas possibilidades de vida. E assim, progressivamente, foram riscados do mapa (...)”⁷. Não há maior apropriação da cultura pelo poder do que privar as pessoas do seu espaço geográfico, dispersá-las e privando-as de continuar os seus costumes pelo simples facto de já não poderem viver no mesmo registo em que viviam. As pessoas foram privadas de se reunirem nas suas casas e em casas dos vizinhos em noites de tempestades, narrando histórias dos antepassados, mantendo assim a memória e a identidade da comunidade, passando o testemunho e inculcando aos mais novos os costumes e tradições, regras e normas que faziam com que a vida em regime comunitário fosse possível.



Figura 4 – Trabalho comunitário em Vilarinho (Fonte: Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna, fotografia tirada a 2013-01-20)

Representações Interculturais

Identities Pessoais, Identities Colectivas

A cultura tem, tendo em conta o analisado anteriormente, uma estreita ligação aos grupos e instituições pelos quais uma sociedade é formada, significando isto que a cultura implica que as pessoas e esses grupos e instituições se relacionem. Isto, à primeira vista, leva a crer que o indivíduo, enquanto ser único, não tem influência no funcionamento da cultura. No entanto, cada um destes indivíduos desempenha um papel de actor social, ou seja, apesar de as práticas culturais da sociedade serem produzidas pelas estruturas, o actor social também as produz e determina, através da sua capacidade independente de acção. Do mesmo modo, também as identidades adoptadas pelo indivíduo, são de certo modo determinadas pelo contexto social e cultural em que se insere. Podemos dizer deste modo que nenhuma das nossas acções, decisões ou opiniões é totalmente livre de uma certa formatação da sociedade.

A afirmação acima aplicava-se naturalmente a Vilarinho e, de certa forma, de uma forma mais vincada do que noutras comunidades mas sem a ideia de alguma falta de liberdade. Embora a liberdade no tipo de vida comunitário nos possa parecer, agora (de uma maneira mais intensa) e talvez na altura por comunidades externas à aldeia, um pouco restrita, pois implicava que quem lá estivesse devesse, por exemplo, comparecer todas as quinta-feira para a reunião da Junta (dia que de resto estava dedicado à colectividade), pois caso contrário seria multado por não comparencia sem

justificação, devemos ter em mente, porém, que quem não partilhasse estas ideias podia, de livre vontade, abandonar a aldeia e prosseguia a sua vida noutra parte. Na aldeia, tal como deveria acontecer nas democracias actuais, havia um real principio de equidade, pois todos tinham os mesmos direitos e, para usufruir destes, os mesmos deveres. No entanto, ao fazer este julgamento, devemos ter em mente as palavras de Miguel Torga, um dos visitantes assíduos da aldeia e arredores:

*“(...) estes pequenos enclaves, não digo de paradisíaca felicidade, mas de humana e natural liberdade. Uma vida social assim, apenas acrescida de ciência e cultura, seria ideal. Antes de mais, o homem começou aqui por formar uma consciência cívica e fraterna, fundada em amor, e fez depois as reformas consoantes (...)”*⁸

Do mesmo modo, também o individuo e a sua acção individual condicionou e moldou as práticas culturais, como foi o caso do Zelador, que levou a cabo a ideia de construir um muro na serra a separar os terrenos de Vilarinho dos outros povos, com vista a evitar a apropriação de terrenos da aldeia por parte dos Serviços Florestais do Estado. Esta medida, partida de um Zelador, embora que devidamente apoiada na aprovação de todos, moldou a maneira de Vilarinho se comportar perante todas as ameaças ao seu território, portanto moldando as práticas de toda uma estrutura.

Construção social da identidade

Sendo que as comunidades são moldadas pelo ambiente social em que existem e pelas suas relações com os outros, podemos afirmar que somos definidos como nos vemos a nós mesmos e aos outros, e como esses outros nos vêem, não só numa perspectiva individual mas também dentro de organizações sociais e familiares e, convém não esquecer, pelo meio económico em que nos inserimos. Assim sendo, todas as decisões, acções ou visões que temos do mundo são, quer queiramos quer não, apenas em parte decisões inteiramente nossas.

Também a identidade de Vilarinho e a dos furnenses resultava de uma ideologia centenária, baseada no comunitarismo, que durante os tempos foi marcando a forma como viam o “exterior” e como eram vistos “deste”. O facto de viverem para e do bem comum está bem vincado no sentido de responsabilidade colectiva que cada homem tinha ao pastorear o gado de toda a aldeia que lhe havia sido destinado previamente pela Junta, que cada mulher tinha ao tecer e tratar do linho e da lã ou ao



trabalhar nos campos ou na horta, e que a comunidade tinha como se pode ver no seguinte excerto de José Veloso “(...) *de, por esforço colectivo, os proprietários de Vilarinho terem vedado com um muro de pedra de muitos quilómetros de extensão, o terreno que lhes pertence, a fim de impedirem discussões ou disputas, por parte do Estado e dos vizinhos, acerca dos seus limites. Ora só em conjunto podiam fazer isso.*”⁹. A esta medida junta-se o facto de durante anos os furnenses terem combatido os Serviços Florestais, que lhes iam ameaçando os baldios, por meio de derrube de pontes e obras públicas e pelo acordo que jamais alguns dos seus habitantes trabalharia nas florestas do Estado. Deste modo, a população fez, em 1895, uma escritura de aforamento de modo do que passou a ser considerado o bem comum.¹⁰ Esta escritura garante, até aos dias de hoje, cerca de 3000 hectares de terrenos dispersos pelas serras da Amarela e do Gerês aos descendentes dos outorgantes, naturais de Vilarinho.¹¹

Isto não são seguramente coisas que os portugueses de então (e muito menos os de hoje) fariam, pois não atribuíam qualquer significado na sociedade em que se inseriam.

Identities and Modernity: Diaspora, Migrations and Globalization

Naturalmente, fruto de todas estas diferenças e, acima de tudo, fruto do contexto político existente em Portugal desde 1933 até 1974 – uma penosa ditadura – bastantes conflitos e demonstrações de poder haveriam de surgir. Nenhum foi maior do que aquele que motivou a submersão da aldeia de Vilarinho da Furna: a construção de uma barragem por parte da Companhia Hidroeléctrica do Cavado no Vale do Homem, no seguimento do plano de aproveitamento Hidroeléctrico do País. A construção da barragem começou em 1968 e entre Setembro de 1969 e Outubro 1970 os habitantes de Vilarinho tiveram de fazer planos para deixar (e deixar efectivamente) a aldeia que os seus antepassados haviam fundado centenas de anos antes (o mais antigo registo oficial sobre Vilarinho data de 1540¹²) até ao prazo máximo de 30 de Outubro, prazo a partir do qual a barragem começava a encher.

Todos os temas abordados neste trabalho foram especialmente vinculados neste último ano de existência desta aldeia. A cultura popular vincou-se, no campo das noções sociais de cultura, a diferença de significados para objectos físicos e abstractos

fez com que os furenses estivessem especialmente fechados a estranhos tal como pôde constatar o cineasta António Campos (que se dedicou à etnografia de vanguarda da aldeia neste último ano) e todos os curiosos que se dirigiam à aldeia em claro contraste com o que afirmou o professor universitário Rostock Heinrich Friedrich Linck, em 1798, relativamente à sua visita e estadia em Vilarinho da Furna: “(...) *Mais ainda do que os alimentos bons e frescos e as belas camas, o que nos encantou foi o modo cortês, aberto e amigável com que nos acolheram, a expansividade com que nos entretiveram, o fino cuidado com que nos trataram, uma atenção que na Alemanha teria de ser tomada como prova de uma educação esmerada (...) Era uma bondade natural, não esperava nada em troca (...) Pudessem a minha fraca voz saudar um povo amável (...)*”¹³ e claro, as práticas significantes foram mais fortes do que nunca, assim como a relação com o Estado e o efectivo exercer de poder por parte deste.



Figura 4 – Última Páscoa em Vilarinho da Furna (Fonte: http://vento_norte.blogs.sapo.pt/2007/04/, consultada a 2013-01-24)

De um ano para o outro, as 57 famílias que habitavam Vilarinho da Furna abandonaram a aldeia, levando os seus poucos pertences, deixando apenas as paredes nuas das suas casas, que abandonaram com a escassa indemnização de 20.741.607\$00 pelo conjunto de toda a aldeia e seus terrenos, o que equivale a 5 escudos por metro quadrado, incluindo as casas.¹⁴

De um certo modo, pode-se qualificar este “êxodo” como uma diáspora, pois tratou-se de uma dispersão forçada de um grupo de pessoas, devido a uma catástrofe (para eles foi-o certamente) e a uma certa perseguição cultural. Não houve uma dispersão através do globo, mas atrevo-me a dizer que todos aqueles habitantes se dispersaram por outro mundo...um mundo diferente, onde a igualdade era uma utopia que não era sequer ambicionada, onde o comunitarismo não teria nunca lugar e num sítio onde a (sua) democracia nunca poderia nem poderá ser aplicada. Tiraram-lhes o



espaço, mudaram-lhe o nome (de Vilarinho da Furna passou a ser chamada a barragem e o lugar Vilarinho das Furnas) mas a memória vai persistindo... A cultura, como um modo particular de vida, essa já ninguém a pode devolver... Foi-se dissolvendo numa sociedade que não a podia aceitar por não a compreender.

O infortúnio deste desfecho riscou (embora não totalmente – pelo menos no Verão) a aldeia do mapa, mas fez com que a memória da aldeia e dos seus costumes perdurasse e pudesse estar disponível a uma pessoa que, tal como eu, nasceu quase duas décadas após a submersão da aldeia.

Fica para a posteridade o Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna (<http://www.geira.pt/MVilarinhoFurnas/>), construído com pedras da aldeia, onde se pode ver com mais detalhe e conseqüente impacto vários aspectos da vida desta aldeia comunitária.



Figura 5 - Vilarinho da Furna - antes da barragem



Figura 6 - Vilarinho da Furna - depois da barragem(Fonte: <http://tendimag.com/2012/04/07/vilarinho-da-furna-imagens-de-uma-morte-adormecida/manuel-magalhaes-vilarinho-da-furna-1988-2/>, consultado a 2012-12-29)



Conclusão

Pode dizer-se que um dos aspectos mais importante que passa deste trabalho é que, independentemente de onde estejamos, estamos sempre envolvidos em processos interculturais e que nunca estamos completamente preparados para compreender os outros, sejam eles do interior e nós do litoral, quer sejam eles aborígenes australianos e nós esquimós.

Pode constatar-se então que o constante essencialismo com que encaramos as pessoas que nos são diferentes nos coloca entraves para as conhecermos verdadeiramente. Outro ponto que gostaria de frisar é que com este trabalho espero trazer mais tolerância ao leitor face à diferença. Como se pode constatar neste caso (e em muitos outros ao longo da história), a intolerância e o desconhecimento tiveram consequências gravíssimas para a vida de muitas pessoas.

Pode-se então concluir que este trabalho, embora muito introdutório, pode e espera aguçar o interesse por estas temáticas ao leitor, tanto os temas relativos aos Estudos Interculturais como a temática da aldeia comunitária de Vilarinho da Furna.



Bibliografia

ANTUNES, Manuel de Azevedo (1994), *Requiem por Vilarinho da Furna, Uma Aldeia Afundada*, Colec. Meia Hora de Leitura, Biblioteca da Universidade Lusófona, Lisboa

ANTUNES, Manuel de Azevedo, **DUARTE**, Lucinda Coutinho & **REINO**, João Pedro (2004) *Barragens em Portugal: de Vilarinho da Furna à Aldeia da Luz, com passagem pelo Douro Internacional*, IV Congresso Ibérico sobre a Gestão e Planificação da Água

DIAS, Jorge (1948), *Vilarinho da Furna – Uma aldeia comunitária*, Imprensa Portuguesa, Porto

FERNANDES, Joana Castro (2010), *Guia de boas práticas para apresentação escrita de um projecto de investigação*, Porto, ISCAP

GAGO, André (2010), *Rio Homem*, Edições Asa II

http://vento_norte.blogs.sapo.pt/2007/04/, consultada a 2013-01-24

<http://tendimag.com/2012/04/07/vilarinho-da-furna-imagens-de-uma-morte-adormecida/manuel-magalhaes-vilarinho-da-furna-1988-2/>, consultado a 2012-12-29

Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. [Consult. 2013-01-23]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$vilarinho-das-furnas,2](http://www.infopedia.pt/$vilarinho-das-furnas,2)>.

LINCK, Heinrich Friedrich (2005), *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*. Tradução, introdução e notas de Fernando Clara. Lisboa: Biblioteca Nacional

TORGA, Miguel (1996), *Antologia (Diário)*, Extractos relativos a Terras de Bouro, Terras de Bouro, Braga

SARMENTO, Clara (2012), *Textos de apoio – UC Estudos Interculturais*, Porto, ISCAP

VELOSO, José (1953), *Baldios, maninhos e exploração silvo-pastoril em comum*, SCIENTIA JURIDICA

Notas

¹ DIAS, Jorge (1948), Vilarinho da Furna – Uma aldeia comunitária, Imprensa Portuguesa, Porto pp. 127-129

² DIAS, Jorge (1948), Vilarinho da Furna – Uma aldeia comunitária, Imprensa Portuguesa, Porto pp. 61

³ DIAS, Jorge (1948), Vilarinho da Furna – Uma aldeia comunitária, Imprensa Portuguesa, Porto pp. 56-61

⁴ DIAS, Jorge (1948), Vilarinho da Furna – Uma aldeia comunitária, Imprensa Portuguesa, Porto pp. 127-129

⁵ DIAS, Jorge (1948), Vilarinho da Furna – Uma aldeia comunitária, Imprensa Portuguesa, Porto pp. 56-61

⁶ Vilarinho das Furnas. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. [Consult. 2013-01-23].

Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$vilarinho-das-furnas,2](http://www.infopedia.pt/$vilarinho-das-furnas,2)>.

⁷ TORGA, Miguel (1996), Antologia (Diário), Extractos relativos a Terras de Bouro, Terras de Bouro, Braga pp.115-116

⁸ TORGA, Miguel (1996), Antologia (Diário), Extractos relativos a Terras de Bouro, Terras de Bouro, Braga pp.30

⁹ VELOSO, José (1953), Baldios, maninhos e exploração silvo-pastoril em comum, SCIENTIA JURIDICA pp. 123;125;129;130 e 148.

¹⁰ GAGO, André (2010), Rio Homem, Edições Asa II, pp. 103

¹¹ ANTUNES, Manuel de Azevedo, DUARTE, Lucinda Coutinho & REINO, João Pedro (2004) Barragens em Portugal: de Vilarinho da Furna à Aldeia da Luz, com passagem pelo Douro Internacional, IV Congresso Ibérico sobre a Gestão e Planificação da Água

¹² http://vento_norte.blogs.sapo.pt/2007/04/, consultada a 2013-01-24

¹³ LINCK, Heinrich Friedrich (2005), Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha. Tradução, introdução e notas de Fernando Clara. Lisboa: Biblioteca Nacional, pp. 214-215

¹⁴ ANTUNES, Manuel de Azevedo (1994), Requiem por Vilarinho da Furna, Uma Aldeia Afundada, Colec. Meia Hora de Leitura, Biblioteca da Universidade Lusófona, Lisboa